

SESSÃO NACIONAL
2 e 3 de maio de 2016

Racismo, preconceito e discriminação

Recomendação à Assembleia da República

Os deputados à Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens/Básico recomendam à Assembleia da República a adoção das seguintes medidas:

1. Implementar projetos específicos de integração, de alunos para alunos, aproveitando as competências e a boa vontade de alunos com perfil para ajudar e acolher outros colegas.
2. Criar uma equipa multidisciplinar, “beat rápido”, capaz de promover temas de discriminação, racismo e preconceito, através de campanhas de sensibilização, encontros interescolares distritais anuais, bem como de implementar sessões de debate nas escolas, de forma a evitar atos discriminatórios. Esta equipa, através da execução de um plano de intervenção, dará apoio imediato às vítimas e familiares.
3. Festejar a diversidade cultural, educando os alunos para a diferença, através do incentivo para a partilha e o diálogo multicultural, integrando a atividade “penpal” nas disciplinas de línguas.
4. Integrar pessoas com deficiência e sensibilizar a população para a integração, através de cursos de língua gestual e braille, e inclusão deste último nos boletins de voto, e promoção de ações de divulgação dos direitos das pessoas com deficiência.
5. Investir na introdução de temas como os direitos humanos, o racismo, o preconceito e a discriminação, nos currículos ao longo do percurso escolar obrigatório, de forma dinâmica e adequada à idade e maturidade dos alunos, com especial ênfase na interação entre disciplinas do 3.º ciclo.
6. Iniciar a educação para a diferença o mais precocemente possível, com conteúdos, metodologias e práticas e contacto com grupos desfavorecidos ou minoritários.
7. Estabelecer parcerias entre cada uma das escolas portuguesas e uma escola dos países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e dinamizar intercâmbio de estudantes e trocas de correspondência.

8. Incrementar atividades concretas que promovam a inter-relação entre culturas distintas e que devem estar bem definidas nos planos anuais de atividades das escolas, desde o primeiro ciclo ao ensino secundário, sendo implementadas nas disciplinas de Estudo do Meio e de Educação para a Cidadania, respetivamente.
9. Sensibilizar os meios de comunicação social no sentido de promover o “Jornalismo pela tolerância” e de dar especial destaque a programas infantis/programas informáticos (jogos/aplicações), a implementar nas escolas até ao 1.º ciclo.
10. Criar uma instituição que preste apoio psicológico à vítima, de forma a ajudá-la a lidar com a situação de discriminação, e ao agressor, de forma a instruí-lo para a compreensão e respeito dos outros e a reabilitá-lo de modo a integrá-lo na sociedade.

Aprovada na Sessão Plenária de 3 de maio de 2016.

Os Membros da Mesa

Presidente, Pedro Marques

Vice-Presidente, Núria Almeida

Secretária da Mesa, Mariana Correia

Secretária da Mesa, Renata Gaspar